
À PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO – RJ

PREGÃO ELETRONICO Nº 90143/2025 - Processo 1.624/2025

VERLUMA COMERCIO LTDA, estabelecida à RUA CARLOS GOMES Nº 239 SALA 406 EDIF ARACATUBA OFFICE CEP 16.010-310 BAIRRO: CENTRO CIDADE ARACATUBA, ESTADO DE SÃO PAULO, Inscrita no CNPJ. n.º 63.679.550/0001-07 e Inscrição Estadual n.º 177.693.001.111, por intermédio de seu sócio **NILSON MENEZES DA CONCEIÇÃO**, brasileiro, viúvo, técnico de balanças, portador da Célula de Identidade RG nº 11.834.505-9 SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 899.845.958-20, residente e domiciliado Rua Antônio Floriano Pétia, 532 – Jussara – Araçatuba/SP, vem respeitosamente á presença de V.SRA, não se conformando, *data venia*, com a decisões proferida pela Douta Comissão de Licitação que não desclassificou/inabilitou a empresa **PRECISO EQUIPAMENTOS PARA LABORATORIO LTDA no item 06**, interpor em tempo hábil

RECURSO ADMINISTRATIVO,

com fundamento no art. 165 inc. I, alínea “b” da Lei 14.133/21

Não andou com o costumeiro acerto a Comissão de Julgamento desta Licitação, uma vez que não desclassificou a empresa **PRECISO EQUIPAMENTOS PARA LABORATORIO LTDA no item 0603** em total afronta ao disposto no edital e na lei nº 14.133/2021, senão vejamos:

O edital foi aberto possuindo o seguinte objeto:

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO ESCOLAR, ELETRODOMÉSTICOS E ELETROELETRÔNICOS, PARA ATENDER A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO



















Destacamos que a recorrida deveria ser inabilitada, visto que não apresentou os documentos determinados no edital, conforme explicação abaixo

O edital em seu tópico 19.01 faz a seguinte exigência:

19. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

19.1 - Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

Ocorre que a recorrida não apresentou atestado de capacidade técnica como solicitado em edital

 1. BALANCO 2023	Documento do Adobe Ac...	1.653 KB	Não	1.919 KB	14%	13/01/2025 14:17
 1.1 BALANCO 2024	Documento do Adobe Ac...	1.892 KB	Não	2.542 KB	26%	12/05/2025 14:03
 2. CNH-MARCIA SALLES	Documento do Adobe Ac...	211 KB	Não	262 KB	20%	27/06/2025 17:28
 2.1 RG Denize - autenticado	Documento do Adobe Ac...	237 KB	Não	277 KB	15%	13/01/2025 14:17
 3. Procuração - Marcia Salles - autenticado	Documento do Adobe Ac...	1.606 KB	Não	1.612 KB	1%	13/01/2025 14:17
 4. Falência - Venc. 19.01.2026	Documento do Adobe Ac...	20 KB	Não	44 KB	56%	19/12/2025 11:17
 5. Certidão Simplificada JUCESP - Venc. 19.01.2026	Documento do Adobe Ac...	166 KB	Não	222 KB	26%	19/12/2025 11:19
 6. Certidão FGTS - Venc. 28.01.26	Documento do Adobe Ac...	70 KB	Não	81 KB	14%	14/01/2026 10:50
 7. CND - Estadual 27.02.2026	Documento do Adobe Ac...	950 KB	Não	967 KB	2%	27/08/2025 16:56
 7.1 CND - Estadual da Procuradoria Geral - Venc. 19.01.2026	Documento do Adobe Ac...	165 KB	Não	254 KB	36%	19/12/2025 11:22
 8. CND Federal - Venc. 06.07.2026	Documento do Adobe Ac...	76 KB	Não	81 KB	6%	14/01/2026 10:56
 9. CND Municipal - Venc. 17.06.2026	Documento do Adobe Ac...	103 KB	Não	112 KB	8%	14/01/2026 10:58
 10. CNDT - Venc. 05.04.26	Documento do Adobe Ac...	82 KB	Não	85 KB	3%	07/10/2025 12:16
 10.1 CNDT Denize - Venc. 06.04.2026	Documento do Adobe Ac...	82 KB	Não	85 KB	3%	08/10/2025 09:25
 11. CNPJ - Venc. 19.01.2026	Documento do Adobe Ac...	84 KB	Não	102 KB	19%	19/12/2025 11:25
 12. Contrato Social - Preciso	Documento do Adobe Ac...	4.262 KB	Não	4.792 KB	12%	12/05/2025 14:04
 13. Consulta Consolidada - Venc. 19.01.2026	Documento do Adobe Ac...	15 KB	Não	19 KB	21%	19/12/2025 11:42
 14. Inscrição Estadual ICMS - Venc. 19.01.2026	Documento do Adobe Ac...	80 KB	Não	106 KB	25%	19/12/2025 11:28
 15. Inscrição Municipal - Venc. 16.03.2026	Documento do Adobe Ac...	152 KB	Não	160 KB	5%	16/12/2025 12:51
 17. ALVARA FUNCIONAMENTO PRECISO	Documento do Adobe Ac...	77 KB	Não	84 KB	9%	13/01/2025 14:17
 19. Certidão Negativa CEIS, CNEP E CEPIM - Venc. 19.01.2026	Documento do Adobe Ac...	65 KB	Não	68 KB	5%	19/12/2025 11:49
 20. Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários - Venc. 17.06.20...	Documento do Adobe Ac...	79 KB	Não	83 KB	5%	19/12/2025 11:51
 21. Certidão negativa Inidôneos - Venc. 19.01.2026	Documento do Adobe Ac...	80 KB	Não	85 KB	7%	19/12/2025 11:52
 22.1 Certidão de Cartórios Extrajudiciais da Capital - Venc. 19.01.2026	Documento do Adobe Ac...	83 KB	Não	95 KB	13%	19/12/2025 11:55
 Declaração Anvisa.Ass	Documento do Adobe Ac...	1.108 KB	Não	1.147 KB	4%	16/01/2026 16:43
 Declaração Unificada.Ass	Documento do Adobe Ac...	278 KB	Não	304 KB	9%	16/01/2026 16:39

É importante frisar que a finalidade da exigência de atestados de capacidade técnica não é meramente formal, mas sim comprovar experiência efetiva no fornecimento de bens compatíveis com o objeto licitado. A ausência de comprovação específica quanto a balanços ou equipamentos similares inviabiliza o atendimento da exigência, pois não há como assegurar que a recorrente detenha a expertise necessária para cumprir satisfatoriamente o contrato.

O **atestado de capacidade técnica** é um documento essencial para comprovar que a empresa possui experiência em executar serviços ou fornecer produtos semelhantes ao objeto do edital. Ele é utilizado como prova da aptidão técnica do licitante perante a Administração Pública.

Atualmente, a previsão legal está na **Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), art. 30 e seguintes**, que trata da **qualificação técnica**. O objetivo desses documentos é demonstrar que a empresa possui efetivamente capacidade para atender às exigências do contrato ou edital, garantindo segurança à Administração na contratação.

O ACT é emitido por outra empresa ou por órgão público com o qual o interessado já tenha contratado serviços ou fornecido produtos similares aos solicitados no edital. Trata-se, portanto, de uma **declaração formal** atestando que a empresa executou suas obrigações de maneira satisfatória.

Para que seja aceito, o atestado deve conter, **no mínimo**:

1. Dados completos da empresa ou órgão emissor (nome, CNPJ ou inscrição equivalente, endereço, telefone);
2. Dados da empresa atestada (nome, CNPJ, endereço);
3. Descrição detalhada do serviço ou produto fornecido, incluindo quantidades, especificações técnicas, prazos de execução ou entrega, período da prestação do serviço e eventuais condições especiais;
4. Declaração de que a empresa atestada executou o contrato de forma satisfatória;
5. Assinatura do responsável pelo órgão ou empresa emissora, preferencialmente em papel timbrado.

Além disso, é recomendável incluir **informações sobre o valor do contrato, eventuais certificações ou normas técnicas atendidas, e qualquer referência específica à complexidade ou relevância do serviço prestado**, pois isso fortalece a comprovação da capacidade técnica.

O **atestado de capacidade técnica é fundamental**: sem ele, a empresa não consegue comprovar sua aptidão para atender à demanda do edital dentro do prazo e das condições exigidas, podendo ser desclassificada por não atender aos requisitos de qualificação técnica.

Sem o ACT, não se comprova a aptidão da recorrida em atender a demanda solicitada no prazo solicitado.

Portanto, a requerida deveria ter sido inabilitada.

E mais, ainda quanto a habilitação, a recorrida não atende o tópico 9.7.2 do edital

18.2 - Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, há menos de 90 (noventa) dias da data da licitação, exceto quando dela constar o prazo de validade. - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

O edital é expresso ao exigir, no item **18.2** a apresentação de **Certidão Negativa de Falência ou Insolvência Civil**, expedida pelo distribuidor da sede do licitante ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade ali previsto, como condição indispensável para a habilitação econômico-financeira.

No caso em análise, embora a Recorrida tenha apresentado certidão intitulada como “negativa”, o próprio documento **contém ressalva expressa**, consignando de forma clara e inequívoca a seguinte observação:

“Necessário complementar com a certidão Comarcas e Turmas Recursais (Primeiro Grau) Cível.”

19/12/2025

0092723884

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

**CERTIDÃO Nº: 7093174****FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS, anteriores a 18/12/2025, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: *****

PRECISO EQUIPAMENTOS PARA LABORATÓRIO LTDA, CNPJ: 45.827.291/0001-24, conforme indicação constante do pedido de certidão.*****

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor (a). São apontados os feitos com situação em tramitação já cadastrados no sistema SAJ referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado SPI nº 22/2019.

Esta certidão considera os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em Grau de Recurso.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais e poderá apontar feitos de homônimos não qualificados com tipos empresariais diferentes do nome indicado na certidão (EIRELI, S/C, S/S, EPP, ME, MEI, LTDA).

Necessário complementar com a certidão Comarcas e Turmas Recursais (Primeiro Grau) Cível.

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 19 de dezembro de 2025.

PEDIDO Nº:**0092723884**

Tal anotação evidencia, por si só, que a certidão apresentada **não é completa**, nem suficiente para comprovar a inexistência de falência ou insolvência civil, uma vez que **condiciona sua validade e abrangência à apresentação de certidão complementar**, a qual **não foi juntada aos autos pela Recorrida**.

A complementação **não foi juntada**, o que implica **habilitação jurídica incompleta**.

Base legal:

→ **Art. 66, I, Lei 14.133/2021:** exige plena regularidade jurídica.

→ **Art. 63, §2º, Lei 14.133/2021:** a habilitação deve comprovar **todas** as condições.

TCU:

Acórdão 1.793/2016 – Plenário:

“A apresentação de certidão incompleta constitui motivo para inabilitação da licitante.”

Acórdão 1.968/2012 – Plenário:

“A insuficiência da documentação exigida não é vício sanável, quando impede a verificação do requisito exigido no edital.”

A certidão que deveria acompanhar a certidão de falência é esse (modelo em nome de nossa empresa):



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 816172

FOLHA: 1 / 1

CERTIDÃO CÍVEL Nº: 816172
Comarcas e Turmas Recursais (Primeiro Grau)

CERTIFICAMOS que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CÍVEIS EM GERAL** no sistema eproc, verificamos **NADA CONSTAR** em nome de:

NOME: K.C.R. INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA
Razão do CNPJ: 09.251.627
País endereço da sede : BRASIL
Estado endereço da sede : SÃO PAULO
Município endereço da sede : ARACATUBA
Endereço da sede : RUA MARECHAL MASCARENHAS DE MORAES N 88 BAIRRO PARQUE INDUSTRIAL CEP 16.075-370
Finalidade: PARA FINS DE LICITAÇÃO

Certidão emitida às 12:35 de 09/01/2026.

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome pesquisado figura como autor(a).

São apontados os feitos em tramitação cadastrados no sistema informatizado referente a todas as Comarca/Fors Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

Esta certidão considera os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em Grau de Recurso.

Não existe conexão com qualquer outra base dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ.

A conferência dos dados do pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

Necessário complementar com a certidão de distribuição Cível em Geral – SAJ SGC.



A confirmação de autenticidade desta certidão estará disponível pelo prazo de 90 dias, contados da emissão do documento, no endereço <https://certidoes.tjsp.jus.br/download> - Solicitado por: MARCOS RIBEIRO JUNIOR - CPF: ***.722.708-** **governo** Ouro

08/01/2026

0092986252

A situação está oficializado no site do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, essa mensagem que você vê (“A Certidão de Distribuição Cível em Geral – SAJ SGC e a Certidão de Distribuição de Falências, Concordatas e Recuperações deverão ser complementadas com a Certidão do sistema eproc...”) refere-se a uma exigência decorrente da implantação e uso do

sistema eproc e à necessidade de cobertura completa dos processos cíveis em todos os sistemas de tramitação.

Certidões | Certidões Eproc | Sa

e-SAJ

esaj.tjsp.jus.br/sco/abrirCadastro.do

☆ 📄 ⬇️ Confirmar sua identidade

ChatGPT N.º 45/25 - Indispo... GOV.BR fora do ar?... Google Gemini gallera.net WhatsApp AASP Gerenciador Plataforma Minha Ef... Painel - Conciliação AGENDA >> Todos os favoritos

Acessibilidade

Tribunal de Justiça de São Paulo
Poder Judiciário

@-SAJ Portal de Serviços

CAIXA POSTAL CADASTRO CONTATO AJUDA

> Bem-vindo > Certidões > Certidões de 1º Grau > Cadastro de Pedido de Certidão

Identificar-se

MENU

Cadastro de Pedido de Certidão

Orientações

- Para pedir uma certidão, preencha os campos do formulário abaixo e clique no botão "Enviar".

INFORMAÇÕES IMPORTANTES:

A **Certidão de Distribuição Cível em Geral - SAJ SGC** e a **Certidão de Distribuição de Falências, Concordatas e Recuperações** deverão ser complementadas com a Certidão do sistema eproc, denominada **COMARCAS E TURMAS RECURSAIS (Primeiro Grau) - CÍVEL**.

Caso o pesquisado possua somente a CIN - Carteira de Identidade Nacional, deverá preencher o campo RG com a expressão "DECLARA NÃO POSSUIR RG". Não serão processadas as análises de pedidos que tiverem o campo RG preenchido com o número do CPF.

Outras informações estão disponíveis nos itens "Informações importantes sobre as certidões de Distribuição Cível" e "Informações Gerais" - consulte em <https://www.tjsp.jus.br/Certidoes>

Resumo do Pedido

Modelo* : ---- Selecione ----

E-mail informado para envio das instruções

E-Mail* :

☐ Confirmando que as informações acima estão corretamente preenchidas

Enviar Limpar

Certidões | Certidões Eproc | SAJ

tjsp.jus.br/Certidoes/CertidoesPrimeiraInstancia

Confirmar sua identidade

ChatGPTN.º 45/25 - Indispo...GOV.BR fora do ar?Google Geminigalleria.netWhatsAppAASP GerenciadorPlataforma Minha Ef...Painel - ConlicitaçãoAGENDA»Todos os favoritos

INTRANETCORREIO ELETRÔNICOACESSO À INFORMAÇÃOOUVIDORIAfytvdiin

Tribunal de Justiça

A Justiça próxima do cidadão

MELHORADO PELO Google

INSTITUCIONALPROCESSOSINFORMAÇÕESTRANSPARÊNCIACONTATOS

CERTIDÕES

ATENÇÃO

A Certidão de Distribuição Civil em Geral – SAJ SGC e a Certidão de Distribuição de Falências, Concordatas e Recuperações deverão ser complementadas com a Certidão do sistema eproc, denominada Comarcas e Turmas Recursais (Primeiro Grau) - Cível

SAIBA SOBRE

Primeira Instância

Segunda Instância

Primeira Instância

Certidões eproc

Certidões SAJ

ACESSO RÁPIDO

MAIS TJSP

OUTROS LINKS

A Justiça próxima do cidadão

A ausência da segunda certidão (eproc) inviabiliza a verificação integral da distribuição cível, deixando lacunas documentais relevantes.

Assim, é patente que a Recorrida **não atendeu integralmente à exigência editalícia**, pois deixou de comprovar, de forma plena e regular, sua situação econômico-financeira, conforme determinado no instrumento convocatório. A aceitação de certidão expressamente incompleta afronta os princípios da **vinculação ao edital**, da **isonomia entre os licitantes** e da **legalidade**, uma vez que confere tratamento diferenciado e mais benéfico à Recorrida em detrimento dos demais participantes que observaram rigorosamente as exigências do certame.

Ressalta-se que não se trata de mera irregularidade formal ou sanável, mas de **ausência de documento essencial**, pois o próprio órgão emissor da certidão condicionou a comprovação pretendida à apresentação de documento complementar específico, o que não foi cumprido.

Diante disso, impõe-se o reconhecimento da **inabilitação da Recorrida**, com o consequente prosseguimento do certame nos estritos termos do edital, sob pena de violação aos princípios que regem as licitações públicas.

Ora atendendo a legislação o Edital exigiu referida documentação, logo o ato deve ser revisto (inabilitação/inabilitação da empresa) e corrigido, passando a habilitar a próxima licitante do certame. **Houve violação flagrante do princípio de vinculação ao instrumento convocatório e da isonomia entre os licitantes.**

Vale destacar que o edital é claro que o não cumprimento dos dispositivos resultará na inabilitação do concorrente. Não há margem para erro, dúvidas, interpretações ou concessões para correção.

O Edital é claro e vincula todos os licitantes. É a lei da licitação no caso concreto, não sendo facultado à Administração usar de discricionariedade para desconsiderar determinada exigência do instrumento convocatório. O descumprimento das cláusulas constantes no mesmo implica a inabilitação da proposta ou inabilitação da licitante, pois, do contrário, estar-se-iam afrontando os princípios norteadores da licitação.

Isso, já que a Lei nº 14.133/21 disciplinou de modo minucioso o procedimento de licitação. Um dos caracteres mais marcantes desta lei foi a redução da margem de liberdade da Administração Pública neste campo e a limitação do âmbito das exigências. Senão vejamos o que diz o artigo 5º da Lei 14.133/21:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro)

Ainda nesse sentido a Licitação deve obedecer a norma aposta no parágrafo único, do artigo 40, do Decreto nº 3.555/00:

“As normas disciplinares da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometem o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.”

Em tal prol, ressalte-se lição do administrativista MARÇAL JUSTEN FILHO (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 15ª ed. São Paulo: Dialética, 2012. p. 61.)

“Depois de editado o ato convocatório, inicia-se a chamada fase externa da licitação. Os particulares apresentam as suas propostas e documentos, que serão avaliados de acordo com os critérios previstos na Lei e no ato convocatório. Nessa segunda fase, a Administração verificará quem, concretamente, preenche mais satisfatoriamente as condições para ser contratado. Também nessa etapa se exige o tratamento isonômico. Trata-se, então, da isonomia na execução da licitação. Todos os interessados e participantes merecem tratamento equivalente.”

Como é consabido, aquele que participa da licitação tem o dever jurídico de atentar para todas as suas exigências. Com efeito, “aquele que não apresenta os documentos exigidos ou apresenta-os incompletos ou defeituosos descumpra seus deveres e deverá ser inabilitado”(JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 12ª Edição. São Paulo: RT, 2014, p. 778.).

Sobre o tema, assevera JOSÉ DOS SANTOS CARVALHO FILHO (CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 25ª edição. Editora Atlas, 2012, p. 244.)“

A vinculação ao instrumento convocatório é garantia do administrador e dos administrados. Significa que as regras traçadas para o procedimento devem ser fielmente observadas por todos. Se a regra fixada não é respeitada, o procedimento se torna inválido e suscetível de correção na via administração ou judicial.

O princípio da vinculação tem extrema importância. Por ele, evita-se a alteração de critérios de julgamento, além de dar a certeza aos interessados do que pretende a Administração. E se evita, finalmente, qualquer brecha que provoque violação à moralidade administrativa, à impessoalidade e à probidade administrativa.

(...)

Vedado à Administração e aos licitantes é o descumprimento das regras de convocação, deixando de considerar o que nele se exige, como, por exemplo, a dispensa de documento ou a fixação de preço fora dos limites estabelecidos. Em tais hipóteses, deve dar-se a inabilitação do licitante, como, de resto, impõe o art. 48, I, do Estatuto”. (grifos apostos)

Com isso, resta a observar, ainda, o princípio do julgamento objetivo, o qual é corolário do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, já que a análise dos documentos deve se dar com base em critérios indicados no ato convocatório.

No mais, os princípios norteadores da Licitação estão elencados no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição federal, resta suficientemente comprovado o desrespeito por vários deles como da isonomia:

Segundo Celso Antonio Bandeira de Mello “firma a tese de que não se pode desenvolver qualquer espécie de favoritismo ou desvalia em proveito ou detrimento de alguém. Há de agir com obediência ao princípio da impessoalidade. [...] O princípio da isonomia da Administração não necessita para seu fundamento, da invocação de cânones de ordem moral. Juridicamente se estriba na convincente razão de que os bens manipulados pelos órgãos administrativos e os benefícios que os serviços públicos podem propiciar são bens de toda comunidade, embora por ela geridos, e benefícios a que todos igualmente fazem jus, uma vez que os Poderes Públicos, no Estado de Direito, são simples órgãos representantes de todos os cidadãos”.

E continua lecionando que Princípio da Isonomia nos processos licitatórios:

“o princípio da isonomia (igualdade) implica o dever não apenas de tratar isonomicamente todos os que afluírem ao certame, mas também o de ensejar oportunidade de disputá-lo a quaisquer interessados que, desejando dele participar, podem oferecer as indispensáveis condições de garantia. É o que prevê o já referido art. 37, XXI, do Texto Constitucional. Aliás, o §1º do art. 3º da Lei n.º 8.666/1993, proíbe que o ato convocatório do certame admita, preveja, inclua ou tolere cláusulas ou condições capazes de frustrar ou restringir o caráter competitivo do procedimento licitatório e veda o estabelecimento de preferências ou distinções em razão da naturalidade, sede ou domicílio dos licitantes, bem como entre empresas brasileiras ou estrangeiras, ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o objeto do contrato”.

É de suma importância que o Princípio da isonomia seja trabalhado no decorrer do processo licitatório e não somente antes do mesmo. Depois de editado o ato convocatório, o Princípio da Isonomia continua aplicável.

A isonomia deve ser pilar de todo o processo licitatório tanto durante o ato convocatório, que é aberto a todos, dentre os quais serão selecionados os que se enquadram nas características necessárias, exceto aqueles que por ato anterior estejam impossibilitados de participar, e na fase seguinte do processo, sendo que o julgamento das propostas deve ser feito baseado nos critérios objetivos delimitados no ato convocatório, sem qualquer influência subjetiva, ou preferência dos julgadores também nessa fase.

A licitação pública não visa atender os interesses dos particulares, mas sim sempre à satisfação do interesse público, proporcionando à Administração a possibilidade de realizar o negócio mais vantajoso e simultaneamente ASSEGURAR AOS CONCORRENTES A OPORTUNIDADE DE CONCORREREM, EM IGUALDADE DE CONDIÇÕES, À CONTRATAÇÃO PRETENDIDA PELA ADMINISTRAÇÃO.

Deveras, curial é que toda licitação deve ser julgada de forma objetiva e justa, apoiando-se, para tanto, em **fatores concretos e admissíveis** solicitados pela Administração e pela Lei, em confronto com o ofertado pelos proponentes dentro do permitido. Nesse sentido a Lei 14.133/21 em seu art. 53, §1º, I determina:

Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;

Ou seja, eis uma grave demonstração de inobservância da Administração Pública à **MORALIDADE**, conforme destaca o Respeitável Doutrinador Fabrício Motta:

Por isso, a Administração não pode evadir-se simplesmente das regras que ela mesmo determinou e às quais aderem os candidatos. O princípio da moralidade, neste momento encarado sob o aspecto da confiança recíproca e da boa fé, exige da Administração postura de respeito aos parâmetros previamente definidos no instrumento, que é o vínculo entre Poder Público e candidatos. (in Concurso

Público e a confiança na atuação Administrativa: Análise dos Princípios da Motivação, Vinculação ao Edital e Publicidade. Em Concurso Público e Constituição. pg. 148)

Afinal, a Administração Pública está adstrita aos Princípios da Moralidade, Confiança, Boa Fé e da Impessoalidade, que devem estar presentes em todo e qualquer ato administrativo.

Mas não bastasse a inequívoca ilegalidade que macula o ato administrativo, o ato impugnado carece da devida MOTIVAÇÃO, requisito necessário à validade do ato.

Sabidamente, trata-se de preceito basilar e indispensável para conferir ISONOMIA entre os administrados, conforme leciona Adilson Abreu Dallari:

O princípio da isonomia é uma decorrência imediata do princípio republicano, motivo pelo qual o insuperável Geraldo Ataliba, às páginas 133 e ss. De seu República e Constituição (...), afirmou que ele se irradia sobre todos os dispositivos constitucionais, afetando tanto a elaboração das leis quanto todos os atos administrativos: “...Os poderes que de todos recebem devem traduzir-se em benefícios e encargos iguais para todos os cidadãos. De nada valeria a legalidade, se não fosse marcada pela igualdade. A igualdade é, assim, a primeira base de todos os princípios constitucionais e condiciona a própria função legislativa, que é a mais nobre, alta e ampla de quantas funções o povo, republicanamente, decidiu criar. A isonomia há de se expressar, portanto, em todas as manifestações do Estado...” (in Concurso Público e Constituição. Coordenador Fabrício Motta. Ed. Fórum, 2005. Pg.92)

Portanto, qualquer ato que venha a comprometer a igualdade na gestão pública deve ser rechaçado pelo Poder Judiciário – como no presente caso, em que Afinal, tem-se que ter sempre em mente a principal finalidade do, sobre esse propósito, insta trazer à baila a lição do saudoso professor e magistrado Hely Lopes Meirelles, que assim assevera: (...) *todo ato administrativo, de qualquer autoridade ou Poder, para ser legítimo e operante, há que ser praticado em conformidade com a norma legal pertinente (princípio da legalidade), com a moral da instituição (princípio da moralidade), com a destinação pública própria (princípio da finalidade), com a divulgação oficial necessária (princípio da*

publicidade) e com presteza e rendimento funcional (princípio da eficiência). Faltando, contrariando ou desviando-se desses princípios básicos, a Administração Pública vicia o ato, expondo-o a anulação por ela mesma ou pelo Poder Judiciário, se requerida pelo interessado. (in Direito Administrativo Brasileiro, 34ª Edição, 2008, Editora Malheiros, São Paulo, pg. 716)

A não inabilitação/desclassificação da empresa (que descumpriu normas do edital) é um erro cometido pela administração pública, uma ilegalidade cometida, sendo que a empresa está neste recurso demonstrando a V.Sa o erro e solicitando a devida revisão da decisão, posto que a administração tem poder de corrigir atos se eivados de ilegalidade;

Vale ressaltar que se a revisão da decisão não ocorrer a empresa recorrente resta o direito de requerer na justiça a qualquer tempo indenização por perdas e danos (responsabilização da administração por erro cometido neste pregão), sendo que para evitar a medida judicial e evitar a responsabilização é que a empresa vem por meio deste recurso solicitar na via administrativa a revisão dos atos para que a administração possa revê-los, identificar o erro e corrigi-lo.

Assim, não restam dúvidas de que a empresa **PRECISO EQUIPAMENTOS PARA LABORATORIO LTDA no item 06** deveria ser DESCLASSIFICADA/INABILITADA visando manter a licitude e a legalidade do presente certame. Mantendo a classificação de uma licitante que não observou as exigências do Edital, estará ferindo quase todos os princípios básicos consagrados pelo art. 3º da lei de certames: da legalidade, isonomia, e, notadamente, da vinculação ao instrumento convocatório.

Diante do exposto, esta Requerente requer se digne a Ilustre Comissão Julgadora a proceder a revisão de todos os atos realizado quanto ao procedimento em questão em virtude do ocorrido, assim, atribuindo provimento ao presente **RECURSO ADMINISTRATIVO**, afastando todos os atos praticados em desconformidade com a Lei, em especial a classificação/habilitação da empresa **PRECISO EQUIPAMENTOS PARA LABORATORIO LTDA no item 06** ou, fazê-lo subir, devidamente, informado à Autoridade Superior, como MEDIDA DE JUSTIÇA, evitando assim impetração de Mandado de Segurança e Representação junto ao Tribunal de Contas E AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS.

Termos em que,
pede deferimento,

VERLUMA COMERCIO LTDA

C.N.P.J 63.679.550/0001-07

Araçatuba/SP, 22 de janeiro de 2026

VERLUMA COMERCIO LTDA

NILSON MENEZES DA CONCEICAO

EMPRESÁRIO - CPF 899.845.958-20